



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 05/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO: 3692840/2019  
PREGÃO ELETRÔNICO: 299/2019  
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 83/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE  
VITÓRIA – PMV E A EMPRESA HIMALAIA  
REFRIGERAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI.

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal n.º 8.753/14 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 17.782/2019, e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico n.º 299/2019, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada pela autoridade competente da Central de Licitações, abaixo subscrita, e Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa **HIMALAIA REFRIGERAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.471.823/0001-03, estabelecida na Avenida Jose Maria Vivacqua Santos, n.º 280, Ed. Lorenge Unique, Sala 1604, Jardim Camburi – Vitória/ES. CEP: 29.092-105, Telefone/Fax: (27) 3338-5975, E-mail: [administracao@himalaiaar.com.br](mailto:administracao@himalaiaar.com.br), representada por seu sócio/procurador, Sr(a). Marcos Antunes, portador(a) do RG n.º 903.455/SSP-ES e inscrita no CPF sob n.º 970.166.167-20, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA, o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS E MÃO DE OBRA, NOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PREDIAIS**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.

1.2. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços, mediante anuência aos procedimentos realizados pelo Órgão Gerenciador na qualidade de Órgão(s) Participante(s):

2.1.1. **SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-945.





### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de **R\$ 13.545.450,00 (Treze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO TOTAL	% DESCONTO
01	7.22.16.0141-1	Prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais.	R\$ 13.545.450,00	41,01

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Pregão Eletrônico n.º 299/2019, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(são) fixo(s) e irrevogável(is), inclusos todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º 17.782/2019.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d" da lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória.

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

4.2. Quando houver contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, estes terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital da licitação, obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa e a equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.



5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) do(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) denominado(s) GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

a) **Na SEGES:** Luciana Rocha Barbosa Moreira. Telefone: (27) 3382-6400.

5.3. O(s) Gestor(es) da Ata de Registro de Preços anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos atos e compromissos assumidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas, devendo comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR para registro de todas as ocorrências. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção de medidas cabíveis.

5.4. A fiscalização do serviço será realizada pelo(s) servidor(es) acima, ou por outro servidor assim designado nos termos do Art. 67, da Lei. n.º 8.666/93, que deverá atestar o recebimento dos materiais.

5.5. Caso o serviço não tenha sido realizado satisfatoriamente, a contratada deverá refazê-lo sem que lhe advenha desse ato qualquer ônus extra.

5.6. A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.





**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO / EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 7.1. Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar os serviços integrante desta Ata de Registro de Preços.
- 7.2. Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR será previamente COMUNICADO, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da efetiva contratação que está iniciando, para fins de se preparar, devendo o mesmo se manifestar "ciente" no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 7.3. Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de execução, devendo ser emitida a respectiva Ordem de Serviço (OS) e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- 7.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, porém, imediata e integral a cada solicitação de serviço por Ordem de Serviço (OS) e/ou nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo(s) ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou unidade(s) requisitante(s).
- 7.5. O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do Art. 57, § 1º e seus incisos da Lei nº 8.666/1993.
- 7.6. Para os fins previstos neste item a contratada deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.
- 7.7. Os serviços serão executados nos prédios públicos do município.
- 7.8. A aceitação pela Prefeitura de Vitória dos documentos produzidos em cada etapa, dentro do prazo estipulado, é condição indispensável para que seja iniciada a elaboração da etapa subsequente.
- 7.9. As especificações e demais informações sobre a execução dos serviços estão relacionadas no Anexo I desta Ata de Registro de Preços.
- 7.10. Serão firmados quantos contratos forem necessários durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 7.11. O prazo de vigência do futuro contrato será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, ficando adstrito ao exercício financeiro correspondente.
- 7.12. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).
- 7.13. A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste edital.
- 7.14. A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.
- 7.15. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ela não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 7.16. Demais condições previstas no edital.





#### **CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

9.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do Contratante, através de conta corrente do fornecedor, no banco por ele indicado, contados da data de execução dos serviços, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, da comprovação da prestação dos serviços.

10.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá descrever os produtos, com o nome específico de cada um, bem como o número do Processo, número do contrato (quando houver), da ordem de fornecimento e o quantitativo dos produtos efetivamente entregues.

10.2.1. **A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEN DE SERVIÇO.**

10.2. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

10.3. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

10.4. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;
- c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

10.5. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 10.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;
- e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;



f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;

g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

11.7. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

11.8. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

11.9. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

11.10. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **11.1. Constituem obrigações do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:**

11.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o Município autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à empresa, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.5. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.1.6. Para cada função deverão ser fornecidos equipamentos de proteção individual (EPI) por empregado, conforme o que determina: o art. 166 seção IV, do capítulo V, do Título II da CLT; a Lei 6.514 e suas alterações; a NR 6 da portaria nº 3.214/78 e suas alterações e, na falta destas, as normas internacionais OSHA e MSHA.

11.1.7. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.1.8. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

11.1.9. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação**  
Central de Licitações  
Comissão de Registro de Preços - SEGES

11.1.10. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado à CONTRATANTE.

11.1.11. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.1.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.1.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a empresa relatar ao Município toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função, bem como não exercer outro tipo de atividades particulares dentro do órgão;

11.1.14. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.1.15. Relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.1.20. Manter os sistemas constantes do objeto deste Termo de Referência em bom estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças, quando necessário, utilizando, nos casos em que couber, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas do tipo "EM MANUTENÇÃO";

11.1.21. Cumprir rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, Normas da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, Normas das Concessionárias de água/esgoto e energia, as normas de Segurança do Trabalho, normas do Corpo de Bombeiros Militar do ES, e demais normas, Leis, Decretos e regulamentos pertinentes;

11.1.22. Realizar a descarga e recarga dos extintores, observando, no mínimo, os seguintes critérios:

11.1.23. Conformidade com o prazo de validade, obedecendo, quando da retirada dos mesmos, o percentual de 50% a ser repostos, provisoriamente, pela empresa.



- 11.1.24. Comunicar previamente à fiscalização, indicando local e horário do serviço para acompanhamento da descarga por parte da fiscalização.
- 11.1.25. A descarga/recarga deverá ser realizada com empresas que estejam devidamente credenciadas no INMETRO e Corpo de Bombeiros para manutenção e recarga de extintores de acordo com as normas vigentes.
- 11.1.26. O Selo de Conformidade deve ser trocado a cada manutenção do equipamento, com a data do próximo vencimento.
- 11.1.27. Extintores de gás carbônico devem ser inspecionados semestralmente e os demais extintores, anualmente;
- 11.1.28. O extintor deve sofrer teste hidrostático (reteste) a cada cinco anos.
- 11.1.29. O transporte dos materiais correrá por conta da empresa.
- 11.1.30. Apresentar, em até 20 (vinte) dias da vigência do contrato, cronograma anual de recarga dos extintores para aprovação da fiscalização;
- 11.1.31. Realizar inspeção, manutenção e ensaio hidrostático nas mangueiras de incêndio, conforme ABNT NBR 12779 e demais normas correlatas;
- 11.1.32. A empresa deverá entregar ao Município o certificado de inspeção e manutenção. O certificado deverá ser emitido por empresa capacitada, que atesta a aprovação da mangueira através da inspeção ou manutenção realizada conforme norma citada;
- 11.1.33. Realizar serviços de assessoramento técnico, quando da elaboração de projetos atinentes às áreas objeto do presente Termo de Referência, inclusive propor melhoria nas instalações, com vistas a otimizar os sistemas instalados, sem custos adicionais ao contrato.
- 11.1.34. Entregar, mensalmente, juntamente com a nota fiscal, Relatório de Manutenção devidamente assinado pelo Engenheiro Responsável Técnico, constando, no mínimo, as seguintes informações:
- 11.1.35. Discriminação dos serviços executados no mês, incluindo data, horário e local dos mesmos;
- 11.1.36. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;
- 11.1.37. Relação de serviços realizados, em andamento e pendentes de conclusão, estes com as datas previstas para suas finalizações;
- 11.1.38. Análise e resultado dos testes dos equipamentos;
- 11.1.39. Serviços a executar, ou seja, aqueles que ainda serão iniciados após a data de fechamento do relatório;
- 11.1.40. Informações sucintas sobre a situação dos sistemas e (ou) instalações, indicando as deficiências e sugerindo correções e reportando possíveis consequências;
- 11.1.41. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
- 11.1.42. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia;
- 11.1.43. Informações sobre índices anormais de falhas eventualmente observadas em equipamentos e sistemas;
- 11.1.44. Peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação**  
Central de Licitações  
Comissão de Registro de Preços - SEGES

- 11.1.45. Sugestões com vista a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas e outras que se fizerem necessárias;
- 11.1.46. Outras informações que venham a ser solicitadas pelo Município.
- 11.1.47. Manter devidamente atualizado os sistemas e instalações, objeto da presente contratação, com identificação, quantitativo e modificações realizadas pela empresa, em meio eletrônico, com vistas a atualização, por parte do Município, das plantas baixa;
- 11.1.48. Informar ao Município, em tempo hábil, quaisquer irregularidades encontradas, para que se adotar as medidas necessárias;
- 11.1.49. Manter absoluto sigilo de todos os dados, documentos e informações do Município que vier a ter acesso por ocasião da prestação dos serviços, obrigando-se a não divulgá-los a terceiros sem o prévio e expresse consentimento por escrito do órgão;
- 11.1.50. Orientar os funcionários da empresa a não utilizar qualquer dependência ou instalação do Município, de forma imprópria e fora do escopo contratual;
- 11.1.51. Manter, nas dependências do Município, Livro de Ocorrência fornecido pela empresa, onde serão registradas diariamente as anotações julgadas pertinentes, devendo ser apresentado à fiscalização, ao final de cada dia, para conhecimento e visto;
- 11.1.52. Responsabilizar-se pela destinação/descarte de peças/componentes/equipamentos que forem substituídos, após devidamente autorizado pela fiscalização e, desde que não possam ser reutilizados;
- 11.1.53. Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;
- 11.1.54. Refazer, às custas da empresa, os serviços reprovados pela Fiscalização, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, tanto pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o ônus de todos os materiais necessários.
- 11.1.55. Zelar para não danificar os elementos constitutivos, decorativos, paisagismo, mobiliário e outros, tomando todas as precauções necessárias para não riscar e/ou impregná-los com sujeiras, adotando as ações cabíveis para entregar os locais dos serviços em perfeito estado;
- 11.1.56. Manter os locais de trabalho sempre organizados e limpos bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho;
- 11.1.57. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos ou removidos, no total ou em parte, por conta da empresa.
- 11.1.58. Registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) indicando o responsável pelos serviços, devendo o comprovante ser apresentado à Fiscalização no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato;
- 11.1.59. A ART deverá ser atualizada sempre que houver substituição do Responsável Técnico e entregue à fiscalização em até 02 dias após a referente substituição.
- 11.1.60. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, assim como assumir todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;



11.1.61. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas do Município, segurança e higiene do trabalho, em geral;

11.1.62. O atraso no pagamento de fatura por parte do Município, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;

11.1.63. Os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com o Município, ficando sob a inteira responsabilidade os pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale transporte, vale refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do Contrato.

11.1.64. Atender às demais exigências elencadas no edital, nos anexos e no contrato.

**11.2. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE:**

11.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

11.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes;

11.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse;

11.2.4. Consultar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento – AF quanto à disponibilidade dos produtos a serem adquiridos;

11.2.5. Autorizar a prorrogação de prazo de entrega de materiais após consulta ao órgão requisitante;

11.2.6. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços;

11.2.7. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

**11.3. Constituem obrigações do GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE:**

11.3.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários, bem como proporcionar as condições indispensáveis à boa execução dos serviços;

11.3.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função de execução da Ordem de Serviços;

11.3.3. Providenciar a inspeção da execução dos serviços fornecidos, com vistas ao cumprimento dos prazos e das cláusulas pactuadas pela CONTRATADA;

11.3.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no Edital;

11.3.5. Atestar a Nota Fiscal e validar os relatórios emitidos pela CONTRATADA de acordo com as cláusulas constantes no Contrato de Prestação de Serviços firmado;

11.3.6. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, às vistas das Notas Fiscais apresentadas e atestadas, referentes aos valores dos serviços prestados, nos prazos e condições estabelecidos no Edital e no respectivo instrumento contratual.





- 11.3.7. Proceder consulta da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista do compromissário fornecedor;
- 11.3.8. Nomear gestores e fiscal para acompanhar a execução e a fiscalização do Contrato;
- 11.3.9. Verificar a existência de recursos financeiros para custear a aquisição;
- 11.3.10. Providenciar as inspeções dos serviços prestados, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO;
- 11.3.11. Atestar os serviços efetivamente prestados de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato do qual este faz parte integrante;
- 11.3.12. Autorizar a prorrogação de prazo de execução dos serviços quando solicitado pelo compromissário fornecedor e devidamente justificado;
- 11.3.13. Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos, concedendo prazo para correção das pendências;
- 11.3.14. Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade e encaminhar à Controladoria Geral do Município, quando a ocorrência referir-se a contratação de sua Unidade Gestora / Secretaria requisitante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS**

- 12.1. Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:
- 12.1.1. Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de remanejamento de saldo;
- 12.1.2. Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto nº 16.379/2015, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes.
- 12.2. Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições previstas no Decreto Municipal nº 16.379/2015 e alterações, quando houver.
- 12.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 12.4. As adesões a que se refere este artigo não poderão exceder ao **quíntuplo** do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.
- 12.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



12.6. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

12.7. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

12.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

13.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

13.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SUPRESSÕES**

14.1. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Termo de Referência, as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, exceto as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

14.2. As supressões referenciadas serão consideradas formalizadas mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Coordenação de Contratos, da Gerência de Licitações e Contratos, da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação, do Município de Vitória.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. O licitante fica sujeito à penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

a) Não assinar/receber a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato e/ou a Ordem de Serviço (OS), injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);

b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido entre a convocação e a desistência ou da entrega em desconformidade, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);





**c)** Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;

**d)** Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 30 (trinta) dias até 60 (sessenta) dias: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

**e)** Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado): superior a 61 (sessenta e um) dias: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;

**f)** Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução parcial ou total): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, se a inexecução foi total ou parcial, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

15.2. Ao(s) Licitante(s) poderá(ão) ser aplicada(s) ainda a(s) seguinte(s) sanção(ões), além das responsabilidades por perdas e danos:

**I. Multas – nos seguintes casos e percentuais:**

**a) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) em até 10 (dez) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor da parcela executada com atraso;

**b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 10 (dez) dias: 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;

**c) Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 20 (vinte) dias: 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho Total ou Parcial;

**d) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/ata de registro de preços, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 5% (cinco por cento) sobre o valor da proposta;

**e) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS) e/ou solicitar cancelamento da execução do serviço antes da emissão da Ordem de Serviço, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS), com possibilidade de cancelamento da Ata;

**f) Multa Compensatória:** Por deixar de manter as condições de habilitação durante toda a vigência da ata de registro de preços/contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento da obrigação assumida impossibilitando a contratação: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS) e possibilidade de cancelamento da ata;

**g) Multa Compensatória:** Por inexecução parcial, injustificada, da Ordem de Serviço (OS): 5% (cinco por cento) sobre o valor total da OS;



**h) Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviço (OS). Caracterizada pela verificação da não execução do serviço após 40 (quarenta) dias: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da OS.

**II. Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a) Fraude na execução do contrato;
- b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

15.3. As multas previstas no inciso I do item 15.2 poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso, com a devida anuência do fornecedor.

15.4. As sanções previstas no item 15.1 e no inciso I do item 15.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I do item 15.2, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

15.5. As sanções previstas no item 5.1 e no inciso I do item 5.2 são de competência da Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

15.6. A sanção prevista no inciso II do item 5.2 é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

15.7. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO**

16.1. O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

- a) Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;
- b) Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;
- e) Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

16.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação**  
Central de Licitações  
Comissão de Registro de Preços - SEGES

16.3.1. Por razão de interesse público;

16.3.2. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vitória, 05 de fevereiro de 2020.

**THYARA DE CARVALHO F. DAMASCENO**  
SUBSECRETÁRIA DE GESTÃO  
ADMINISTRATIVA – SEGES  
(AUTORIDADE COMPETENTE PELA  
CENTRAL DE LICITAÇÕES – SEGES)  
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA  
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES

**CRISTINA COSTA GANEN BERBET**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA  
DE REGISTRO DE PREÇOS - SEGES  
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES

**MARCOS ANTUNES**  
HIMALAIA REFRIGERAÇÃO E  
CONSERVAÇÃO EIRELI  
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR  
RG: 903.455/ES



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Edição nº 1363

05 de fevereiro de 2020

ES - Brasil

## PODER EXECUTIVO

### SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 015/2020

O Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Comunicação da Prefeitura Municipal de Vitória, no uso de suas atribuições legais, faz saber que:

**1** - Ficam convocados (considerando desinteresse ou desistência de candidatos convocados em editais anteriores e novas contratações autorizadas) os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na Gerência de Recrutamento, Seleção e Registro, localizada na sede da Prefeitura de Vitória, nos dias **06/02/2020** ou **07/02/2020**, no horário de **12 às 18 horas**, para contratação por tempo determinado, conforme a **Lei nº. 7.534/2008**, autorizada através dos processos indicados:

#### **AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTÃO – 40H (ED.012/18)**

**Processo nº 7297891/19 – SEMUS**

44º (\*\*\*)Mirian Carvalho

#### **AUXILIAR DE LABORATÓRIO – 40H (ED. 002/19)**

**Processo nº 6570780/19 – SEMUS**

34º Vagner Teixeira Castilho

#### **ENFERMEIRO DIARISTA – 40H (ED.012/17)**

**Processo nº 5478748/19 – SEMUS**

181º Stefana Julia Konieczna Nascimento

#### **FARMACÊUTICO – FARMÁCIA – 40H (ED.012/17)**

**Processo nº 7298105/19 – SEMUS**

68º Vanessa Teixeira Moulin

#### **MEDICO CIRURGIAO GERAL – 20H (ED.023/19)**

##### **RECLASSIFICAÇÃO**

**Processo nº 648030/19 – SEMUS**

1º Vitoria Fernandes Barros

#### **MEDICO DIARISTA – 20H (ED.012/19)**

##### **RECLASSIFICAÇÃO**

**Processo nº 3318890/19 – SEMUS**

**Processo nº 7298105/19 – SEMUS**

**Processo nº 6570780/19 – SEMUS**

33º Raquel Lima Rodolfo

34º Marina Batista Aguiar

35º Ademir da Silva Campos

36º (\*\*\*)Celia Cristina Neme Rios

37º Marlos Croce de Brito Resende

38º (\*\*\*)Lyanari Maria Gramlich Piva

39º Jackson Gadioli Sperandio

- Ao todo temos 03 (três) vagas para a função Médico Clínico Diarista – 20h. Os candidatos convocados para a referida função deverão informar o seu interesse em assumir a vaga, no momento da assinatura do Edital de Convocação, e caso compareçam mais candidatos do que a quantidade de vagas autorizadas, os mesmos farão parte de uma Listagem de Suplência, considerando a sua classificação. Será automaticamente eliminado o candidato que não comparecer no prazo especificado no item 1.

#### **MEDICO CLINICO PLANTAO – 16H (ED.012/19)**

**Processo nº 5269712/19 – SEMUS**

10º (\*)David Rodrigo de Abreu Custodio

11º Ronara Gerhardt da Silva

12º (\*\*\*)Clayton Dondoni Lovatti

- Ao todo temos 01 (uma) vaga para a função Médico Clínico Plantão – 16h. Os candidatos convocados para a referida função deverão informar o seu interesse em assumir a vaga, no momento da assinatura do Edital de Convocação, e caso compareçam mais candidatos do que a quantidade de vagas autorizadas, os mesmos farão parte de uma Listagem de Suplência, considerando a sua classificação. Será automaticamente reclassificado o candidato que



**SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 05/2020

Processo: 3692840/2019 Pregão Eletrônico nº: 299/2019 Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.

Órgão Gerenciador: SEGES

Órgão(s) Participante(s): SEGES

Compromissário Fornecedor			CNPJ		
HIMALAIA REFRIGERAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI			00.471.823/0001-03		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT	VALOR UNIT R\$
1	7.22.16.0141.1	SERVIÇOS, Aplicação: Prestação de Serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais.	R\$	13.545,450	1,00

Rodrigo Assis Barbosa  
Comissão do Sistema de Registro de Preços

**SECRETARIA DE CULTURA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

Resumo de instrumento de Termo de Apoio Cultural, celebrado com fulcro na Lei Municipal 5.155/2000, que criou o Fundo Municipal de Cultura, e Decreto Municipal nº 10.703/2000, que regulamentou o Fundo Municipal de Cultura.

**Termo de Apoio Cultural nº:** 10/2020

**Conveniente:** ANTONIO CARLOS DOS SANTOS MOÇO

**Prazo de Vigência:** 15 de janeiro de 2020 a 30 de maio de 2020, acrescido de 60 (sessenta) dias para prestação de contas

**Dotação Orçamentária:** 21.02.13.392.0026.2142

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.48.99

**Fonte de Recursos:** 1.001.0000.0000

**Nº. do Empenho:** 12-000

**Valor:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

**Objeto:** Este termo tem como objeto o apoio mútuo entre as partes para a execução de apresentação musical com no máximo 02 (dois) integrantes, conforme proposta convocada e classificada na categoria **Categoria 2 – DJ ou Solo ou dupla nos gêneros musicais: Axé, Eletrônica, Forró pé de serra, MPB, Pop, Pop-rock, Reggae, Samba-rock**, no Edital de Seleção de Proposta de Apresentação Musical - Projeto "Mar da Música".

**Processo do Edital nº:** 010/2019

**Processo de Inscrição nº:** 107226/2020

**Inscrição Prosas nº:** 36468

**Pareceres Jurídicos:** PGM nº. 1516/2019 e CGM nº. 974/2019, do processo nº 5412801/2019

**Justificativa:** O referido Termo de Apoio Cultural, oriundo do Edital nº 010/2019 de Seleção de Proposta de Apresentação Musical - Projeto "Mar da Música", visa apoio mútuo entre as partes para a execução de apresentação musical com no máximo 02 (dois) integrantes no Projeto "Mar da Música", com recursos do Fundo Municipal de Cultura, que tem como objetivo contribuir para a difusão e fomento da cultura no município de Vitória, valorizando e oportunizando, os artistas e a arte capixaba, a formação de público por moradores e turistas.

Francisco Amalio Grijó  
Secretário Municipal de Cultura

**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**  
**CÂMARA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**  
**COMDEMA/CJRA**  
**DECISÃO Nº 51/2019**

A Câmara de Julgamento de Recursos Administrativos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA/CJRA, no uso de atribuição legal conferida pelo § 1º do Artigo 15-A da Lei Municipal nº. 4.438/97, em sua 8ª Reunião ordinária realizada em 27 de setembro de 2019 e, considerando o que consta no Recurso Administrativo interposto em 2º Instância contra a Resolução nº. 0112/2016 da SEMMAM/JIF, presente nos autos do Processo nº 482602/2017, em nome do Condomínio do Edifício Porto Pedra,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Deliberar pelo **deferimento** do Recurso Administrativo interposto em 2ª Instância contra a **Resolução nº. 0112/2016** da Junta de Impugnação Fiscal da SEMMAM, **cancelando** a Resolução de 1º Instância e o **Auto de Infração nº. 0115/2015**.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória(ES), 07 de novembro de 2019.

Luiz Emanuel Zouain da Rocha  
Presidente do COMDEMA

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação torna sem efeito o Comunicado de procura um imóvel para locação, no bairro Itararé, publicado no Diário Oficial do Município em 30/01/2020

Vitória, 04 de fevereiro de 2020  
Adriana Sperandio  
Secretária Municipal de Educação

**SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO**

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 05/2020

Processo: 3692840/2019 Pregão Eletrônico nº: 299/2019 Validade do Registro: 12 (doze) meses a partir da publicação deste extrato no veículo de imprensa oficial.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.

Órgão Gerenciador: SEGES

Órgão(s) Participante(s): SEGES

Compromissário Fornecedor			CNPJ		
HIMALAIA REFRIGERAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI			00.471.823/0001-03		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT (VALOR ESTIMADO TOTAL)	% DESCONTO
1	7.22.16.0141.1	SERVIÇOS, Aplicação: Prestação de Serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais.	R\$	13.545.450	41,01

**\*Reproduzido por haver sido publicado com incorreção.**

Rodrigo Assis Barbosa  
Comissão do Sistema de Registro de Preços

**SECRETARIA DE FAZENDA**  
**COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS**  
**NOTIFICAÇÃO N.º 001/2020**

O Município de Vitória notifica as pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas, a comparecerem ao Setor de Coordenação de Tributos Imobiliários da Secretaria Municipal de Fazenda, localizada à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1927, Térreo - Bento Ferreira - nesta Capital, no prazo de 20 (vinte) dias, para procederem a regularização dos respectivos processos administrativos, sob pena de serem arquivados ou havendo débito, inscritos em Dívida Ativa.

Obs.: Esta Notificação deve-se ao fato das Correspondências, previamente enviadas pelos Correios aos contribuintes citados, terem sido devolvidas a esta Prefeitura. Qualquer esclarecimento poderá ser prestado pelos telefones: 3382-6319.

Vitória, 04 de Fevereiro de 2020.

Requerente	Documento	Nº documento	Correspondência
AHABITAES – Associação Habitacional Comunitária do Estado do Espírito Santo	Processo	5219591/2019	Notificação n.º 610/2019
Alipio Santos Pinto	Processo	226246/2018	Notificação n.º 601/2019 e Comunicação n.º 82/2019 (CCI)
Ana Lucia Costa	Processo	3422966/2019	Comunicação n.º 117/2019
Carlos Alberto Monjardim	Processo	6469606/2014	Notificação n.º 598/2019 e Comunicação n.º 1029/2019 (CCI)
Carlos Gomes Magalhães Junior	Processo	1390984/2017	Notificação n.º 587/2019 e Comunicação n.º 1088/2019 (CCI)
Cicero Engelberg Moraes	Processo	7001606/2019	Comunicação n.º 143/2019
Claudineia Santos da Mata	Processo	3406044/2019	Notificação n.º 515/2019 e Comunicação n.º 823/19 (CCI)
COHAB – Companhia de Habitação e Urbanização do Estado do E.S.	F.A.	4754/2019	Notificação n.º 686/2019
Cristina Caetano Stefanon	Processo	6105542/2017	Notificação n.º 603/2019 e Comunicação n.º 1110/2019 (CCI)
Edicarla Santos de Souza	Processo	7183664/2016	Notificação n.º 538/2019
EMGEA – Empresa Gestora de Ativos	Processo	6568388/2018	Comunicação n.º 102/2019
Fabiola Paviotti do Nascimento	Processo	1823204/2019	Notificação n.º 268/2019 e Comunicação n.º 322/2019 (CCI)
Fernando Santos da Cunha	Processo	2295782/2016	Notificação n.º 636/2018 e Comunicação n.º 986/2018 (CCI)
Guilherme Moraes de Castro	Processo	5807196/2015	Comunicação n.º 114/2019
Guilherme Velten Lazaro	Processo	6095587/2011	Notificação n.º 591/2019 e Comunicação n.º 1087/2019 (CCI)